



DECRETO Nº 11.286

Regulamenta a Lei nº 7594, de 12 de janeiro de 1995, que disciplina a venda de óleo lubrificante em estabelecimentos varejistas e de serviços.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 94, inciso II, da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A :

Art. 1º - Os estabelecimentos de comércio varejista ou de prestação de serviços localizados no âmbito do Município de Porto Alegre que infringirem o disposto na Lei nº 7594, de 12 de janeiro de 1995, que disciplina a venda de óleo lubrificante em estabelecimentos varejistas e de serviços ficam sujeitos às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 50 (cinquenta) Unidades Financeiras Municipais - UFM's, ou índice superveniente;

III - multa de 500 (quinhentas) Unidades Financeiras Municipais - UFM's, ou índice superveniente, no caso de reincidência verificada no estabelecimento, já punido com a pena de multa anterior;

IV - suspensão do exercício de atividades por (02) duas semanas consecutivas, no caso de reincidência;

V - cancelamento do alvará de localização e funcionamento no caso de reincidência verificada no estabelecimento, já punido com a pena de suspensão;

§ 1º - A pena de multa prevista no inciso II será aplicada quando o estabelecimento advertido não adequar-se aos dispositivos constantes da Lei nº 7594, de 12 de janeiro de 1995.

[Handwritten signature]

PUBLICAÇÃO			REPUBLICAÇÃO			PROCESSO	PLE	PLL	RUBRICA
FONTE	DATA	PAG	FONTE	DATA	PAG				



§ 2º - A aplicação das penas previstas nos incisos IV e V é de competência exclusiva da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio.

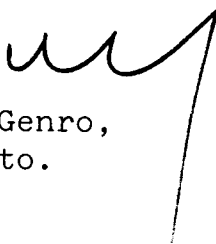
Art. 2º - A ação fiscalizadora será exercida regularmente no âmbito da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e, mediante denúncia, pela Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio, que aplicará, nos casos de descumprimento, as sanções previstas na Lei nº 7594/95, e neste Decreto.

Art. 3º - O procedimento administrativo para a aplicação do disposto no presente Decreto reger-se-á pelas normas da Lei Complementar nº 12, de 07 de janeiro de 1975.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 18 de julho de 1995.


Tarso Genro,
Prefeito.

José Luiz Viança Moraes,
Secretário Municipal da Produção, Indústria e Comércio.

Registre-se e publique-se.


Raul Pont,
Secretário do Governo Municipal.